

Entrevista com Mario Menel, da Abiape: “renovação também para os autoprodutores”

MONTENEGRO, Sueli. “Entrevista com Mario Menel, da Abiape: ‘renovação também para os autoprodutores’”. Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2012.

A decisão do governo de renovar as concessões do setor elétrico que vencerão a partir de 2015 gerou a expectativa de que a mesma solução poderá ser aplicada às concessões de autoprodução de energia elétrica com vencimento até 2017. O presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia, Mário Menel, acredita que a lógica deverá prevalecer, em razão da preocupação do governo em restabelecer a competitividade da indústria para enfrentar as turbulências da crise financeira internacional.

“É importante destacar que alguns segmentos industriais enxergam a autoprodução como a única forma de amenizar os crescentes custos de produção existentes no país. Um tratamento diferenciado para o autoprodutor, que inviabilize a destinação da energia gerada para o consumo próprio, corre o risco de acarretar uma enorme perda de competitividade da indústria nacional” afirma Menel, em entrevista à Agência CanalEnergia.

Defensor da isonomia de tratamento entre os agentes de geração na aplicação do modelo definido para as concessões, Menel também espera que o governo antecipe o repasse ao custo da energia dos ganhos obtidos com o fim da remuneração dos investimentos que já foram pagos. Com isso, os impactos da medida sobre as tarifas e preços ocorreria a partir da prorrogação dos contratos de concessão, sem ter que esperar até o término desses contratos. Confira abaixo a entrevista:

Agência CanalEnergia -O governo está próximo de definir o futuro das concessões vincendas do setor elétrico. Qual a perspectiva da Abiape com relação às concessões de autoprodução?

Mário Menel - Algumas concessões de autoprodução terão seus contratos vencendo até 2017. Em sua grande maioria, as usinas possuem uma capacidade instalada inferior a 50 MW e a Abiape tem a perspectiva de que essas concessões de autoprodução serão prorrogadas.

Além disso, o diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, declarou recentemente que o governo tem uma preocupação especial com a indústria nessa questão das concessões. Como a autoprodução é fator de competitividade da indústria nacional, uma vez que contribui com o travamento de custos, proporciona maior garantia de suprimento e participa da expansão do sistema, a Abiape acredita na prorrogação dos contratos como caminho para estimular a economia brasileira. É importante destacar que alguns segmentos industriais enxergam a autoprodução como a única forma de amenizar os crescentes custos de produção existentes no país. Um tratamento diferenciado para o autoprodutor, que inviabilize a destinação da energia gerada para o consumo próprio, corre o risco de acarretar uma enorme perda de competitividade da indústria nacional.

Também é preciso destacar o papel fundamental dos autoprodutores na evolução do setor elétrico brasileiro. Após a promulgação da Constituição de 1988, em um período em que o governo enfrentava sérias dificuldades financeiras, os autoprodutores foram convidados a participar dos grandes investimentos hidrelétricos para expansão do parque gerador, o que contribuiu para reduzir os efeitos do racionamento de 2001. Com isso, a perspectiva é de prorrogação dos contratos, o que evitará a destruição de uma estrutura empresarial centenária que contribuiu para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Agência CanalEnergia - A decisão deve vir na forma de um projeto de lei ou medida provisória. Como os autoprodutores estão esperando a proposta do Executivo?

Mário Menel - Acreditamos que deverá ser editada uma medida provisória condicionando a prorrogação de todas as concessões de geração, transmissão e distribuição. O objetivo maior deverá ser o da busca pela modicidade tarifária, o que deve vir acompanhado pela exigência de índices de qualidade satisfatórios que assegurem a boa prestação dos serviços. Para o segmento de geração, a expectativa é de que haja isonomia entre os agentes, com respeito às características de cada um. Mais ainda, é esperada a preservação dos montantes atuais de energia dos mercados livre e regulado, o que induzirá não apenas a modicidade de tarifas, mas também de preços, beneficiando todo o mercado consumidor de energia elétrica do país.

Também é esperado que os ganhos advindos da não remuneração dos ativos depreciados possam ser antecipados, permitindo uma modicidade de tarifas e preços a partir da prorrogação dos contratos, o que não precisa esperar até o término dos contratos. Dessa forma, é necessária agilidade na decisão.

Agência CanalEnergia - Parece que as discussões dentro do governo caminhavam para uma fórmula em que o ganho da prorrogação seria capturado principalmente pelos consumidores residenciais. Como o senhor vê essa questão?

Mário Menel - É fundamental que os benefícios da prorrogação sejam compartilhados entre todos os agentes. Consumidores livres e cativos pagaram pela amortização dos ativos e, por isso, têm direito aos benefícios da prorrogação. Além disso, grande parte da indústria supre suas necessidades energéticas no mercado livre, seja pelo investimento em autoprodução ou compra direta dos fornecedores. Ao permitir que os ganhos sejam capturados apenas pelos consumidores cativos, o Governo perde uma excelente oportunidade para minimizar o cenário alarmante de perda de competitividade da indústria nacional.

Outra questão é que esse caminho colocaria em risco o mercado livre de energia, indo em direção contrária à evolução dos mercados em um contexto internacional. O crescimento e fortalecimento de um ambiente de livre contratação foi uma importante vitória do setor elétrico nacional. Conquista esta que só foi possível a partir de uma maior maturidade, modernização e amplo diálogo do setor. O mercado livre forte e sustentável, como o atual, resulta em diversos benefícios para toda a sociedade brasileira. Dessa forma, não acredito que o Governo vá optar por esse caminho de beneficiar apenas consumidores cativos.

Agência CanalEnergia - O governo também planeja reduzir as tarifas com a extinção de alguns encargos da conta de luz. Qual é a avaliação dos autoprodutores em relação a isso?

Mário Menel - Há muito tempo a Abiape defende que alguns encargos setoriais, principalmente aqueles destinados à promoção de políticas públicas e programas sociais, deveriam ser arcados pelo contribuinte e não pelos consumidores de energia elétrica. Infelizmente, esses encargos cresceram muito nos últimos anos, criando uma enorme distorção no setor elétrico nacional. Além disso, outros encargos, como a RGR [Reserva Global de Reversão], já deveriam ter sido extintos.

Ao que tudo indica, o governo deverá editar uma medida provisória eliminando a incidência de encargos como CCC [Conta de Consumo de Combustíveis], CDE [Conta de Desenvolvimento Energético], Proinfa [Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica] e RGR, buscando melhorar, principalmente, as condições de competitividade da indústria brasileira. Essa é uma medida necessária para estimular o desenvolvimento da economia nacional.